

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

IX SEMINÁRIO DE PESQUISA FESPSP – “Desafios da pandemia: agendas para as Ciências Sociais Aplicadas”

9 a 13 de novembro de 2020

**Desinformação e genocídio: a atuação do Estado brasileiro na produção da desordem da informação na pandemia da Covid-19**

Marcus Vinicius de Souza Pereira<sup>1</sup> - FESPSP

Resumo: Este artigo tratará das formas e meios empregados pelo Estado brasileiro na execução de um plano político consciente de desinformação com caráter genocida no cenário de crise sanitária de proporções globais causada pela pandemia da Covid-19. Os objetivos são identificar, analisar e evidenciar as técnicas e os procedimentos utilizados na produção de desordem informacional, trazer dados sobre os impactos sentidos pela população, abordar o contexto histórico das políticas de saúde que provocam vulnerabilidades sociais, além de identificar os atores políticos que participaram da produção da desinformação, no sentido de propor mecanismos de enfrentamento a essas práticas.

Palavras-chave: Desordem da informação. Discurso de ódio. Genocídio. Extermínio. Pandemia. Covid-19.

## **1. Introdução**

O objetivo deste artigo é analisar o impacto da atuação do Estado brasileiro na produção da desinformação durante a pandemia de Covid-19, sob a perspectiva de um estado sequestrado, em regime de exceção e de confusão permanente, responsável pelo genocídio e extermínio da população a qual deveria proteger.

<sup>1</sup> Pós-Graduado em Gestão da Informação Digital pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e Graduado em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero. E-mail: marcusvinicius85@gmail.com

Entendemos que é necessário, para os propósitos desses sequestradores, atuar para atingir a escassez do atendimento, de informações e de dados para a população. Dizemos que o Estado é sequestrado, pois as razões de incompetência ou insuficiência de suas ações no cenário da pandemia são provenientes de um projeto orquestrado por indivíduos que neste momento ocupam posições como agentes estatais, mas atuam em favor de interesses particulares. Questionamos a legitimidade dos atos desses agentes e apontamos sua conduta como violadora dos direitos fundamentais à saúde e à informação, trazendo dados referentes aos impactos dessas ações sobre a população.

Ao apontar o Estado como agente do genocídio na pandemia, este trabalho não pretende demonizá-lo ou advogar pelo estado mínimo, pelo fim do estado ou outras tendências ideológicas liberais. Partimos da premissa de que o cumprimento ao direito fundamental à saúde é exatamente a própria razão de existência do Estado, que tem assim a obrigação de garantir que seus cidadãos tenham acesso e condições de receberem informações e tratamento adequado para as questões que envolvem sua saúde, conforme previsto na Constituição.

Embora se reconheça neste artigo que o principal agente de desinformação seja o chefe do executivo brasileiro, Jair Bolsonaro, este não é indicado como agente único por entendermos que todo aparato estatal, instituições e demais agentes, nos três poderes e nos níveis federais, estaduais, municipais e distrital, são e foram coniventes, cúmplices, apoiadores ou omissos em relação às políticas ou à ausência delas no enfrentamento à pandemia. Por esse motivo, dizemos aqui que é o Estado brasileiro o responsável pelo genocídio no contexto da desordem informacional durante a pandemia de Covid-19.

## **2. Necropolítica**

O cenário enfrentado na pandemia não é uma novidade em termos de ausência de políticas e protocolos no enfrentamento de problemas de saúde pública. Quando observamos a questão a partir de uma perspectiva histórica, identificamos que já há atuação precária ou uma conduta ausente por parte do estado em diversas temáticas relacionadas a problemas sanitários que afetam a vida da população, ou a morte, como apontaremos, nos casos da (falta de) política de drogas – ou política

proibicionista às drogas – e da (falta de) política para o aborto seguro – ou política antiaborto.

A Lei 11.343/2006, também conhecida como a Lei das Drogas, trata da penalização para usuários e traficantes de entorpecentes. Com diversos dispositivos legais associados e anteriores a ela, e em consonância com o histórico de atuação proibicionista no Brasil, pelo menos desde o século XIX, a Lei das Drogas é mais um dos mecanismos de atuação do estado na criminalização de condutas para questões de saúde pública. Segundo o último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Sisdepen), de junho de 2020, são 232.341 pessoas encarceradas por conta do dispositivo legal (SISDEPEN, 2020).

Como o proibicionismo estimula a criação de facções para operar os negócios locais das drogas, a legislação contribuiu para o fortalecimento de organizações criminosas, a formação de milícias e outras formas de associação paramilitares que contam com o modelo territorial do combate ao tráfico de drogas, promovendo o extermínio da população negra nas cidades brasileiras. Segundo o Atlas da Violência, portal que reúne dados sobre violência e segurança pública, com informações até 2017, houve 65.602 homicídios no Brasil naquele ano, dos quais 75% foram cometidos contra pessoas negras (ATLAS, 2020).

No caso do aborto, a interpretação segundo o código penal brasileiro, Decreto-Lei 2.848/1940, é o de que a interrupção provocada da gravidez é um crime, com responsabilização penal de mulheres e médicos. Embora existam exceções previstas na legislação, mesmo o aborto legal é desestimulado e inviabilizado em muitos casos. Como exemplo, durante a pandemia, uma criança estuprada pelo tio no Espírito Santo somente conseguiu realizar a interrupção da gravidez em Pernambuco, após o caso ser indevidamente judicializado no seu estado natal (UOL, 2020). Durante o processo, a criança foi constrangida, exposta e assediada por diversas organizações antiaborto, algumas vinculadas a ex-servidores do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, chefiado por Damares Alves (UOL, 2020).

Segundo o estudo *Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais* (Cardoso; Vieira; Saraceni, 2020), o perfil das mulheres que sofre maior risco de óbito por aborto inseguro são “as de cor preta e as indígenas, de baixa escolaridade, com menos de 14 e mais de 40 anos, vivendo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, e sem companheiro”.

No cenário da pandemia de Covid-19, vimos o estímulo ao uso de medicações com nenhuma eficácia comprovada cientificamente. O caso de maior repercussão foi o da cloroquina. Propagandeada por Jair Bolsonaro como um possível tratamento para a doença, e com a chancela pseudocientífica da médica Nise Yamaguchi, vinculada ao hospital Albert Einstein (UOL, 2020), os insumos para a produção do remédio foram comprados pelo Estado brasileiro, por meio do exército, com um custo 167% maior ao valor de mercado. A imposição ao uso da medicação gerou dissidências entre o presidente e seus ministros da saúde, sendo dois deles exonerados (UOL, 2020).

Mas a principal forma de atuação do chefe do executivo foi através do desestímulo ao respeito aos protocolos sanitários de combate à Covid-19, como o fechamento do comércio, distanciamento social e o uso de máscaras. Em diversas declarações, o presidente Jair Bolsonaro minimizou a doença, estimulou a concentração de pessoas, apareceu recorrentemente sem o uso de máscaras, cumprimentou pessoas, estando em pelo menos uma aglomeração por dia, em análise feita em maio de 2020 (Sandes, 2020).

Nos três casos, drogas, aborto e agora na Covid-19, o entrelaçamento entre a negligência do Estado na proposição de políticas de enfrentamento ao problema sanitário e as narrativas de conduta moral quanto ao comportamento dos indivíduos. Na pandemia, o discurso moralista, incorporado pelo presidente, associou àqueles que reivindicavam a paralisação temporária de economia como “covardes”, “vagabundos”, que não são “machos” para enfrentarem uma “gripezinha” (Antunes, 2020).

Quando o estado se omite e terceiriza a sua responsabilidade transferindo-a para os próprios cidadãos, é possível dizer que ele faz uma escolha consciente e calculada sobre aqueles que podem e os que não podem morrer. A atuação nesse caso se encaixa no conceito de *necropolítica*, do filósofo camaronês Achille Mbembe, quando o Estado exercita o controle sobre quem ele deseja matar ou deixar viver.

É possível falar de genocídio ao se considerar o desamparo que quilombolas e indígenas sofreram durante a pandemia. Essas populações foram expostas durante a crise sanitária, sem medidas de apoio ou socorro, que foram vetadas pelo presidente (VALENTE, 2020). Também é possível falar em extermínio na medida que a população, de forma geral, ficou à mercê da doença sem garantias de proteção,

durante os deslocamentos ao trabalho, na ausência de formas de assistência sanitária às famílias em condições de vulnerabilidade, na falta de socorro, indicação de protocolos e assistência às pessoas pobres, de regiões rurais e periféricas brasileiras, situação sustentada pelos discursos de Bolsonaro (Tajra; Teixeira, 2020).

### 3. Desordem da informação

Aqui utilizamos o conceito de desordem da informação, extraído do relatório *Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*, produzido pelos pesquisadores de combate à desinformação Claire Wardle e Hossein Derakhshan, para o Conselho Europeu. Como desordem da informação, indicaremos as situações em que houve a produção, difusão e consumo de notícias falsas ou nocivas a partir do ecossistema da desinformação, composto por conteúdos com contextos ou conexões falsos, enganosos, fraudulentos, fabricados, manipulados, satíricos, discursos de ódio, assédio ou vazamentos, distribuídos com ou sem intenção de dano (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p. 4).

Ainda que seja possível questionar se seria mais adequado o uso de *ordem da desinformação* em vez de *desordem da informação*, escolhemos a última opção neste trabalho por ser esta a forma utilizada pelos autores do relatório que serve como referencial teórico.

A produção de informações falsas não é novidade, mas a escala e o poder destrutivo alcançaram contornos globais a partir dos últimos desenvolvimentos em tecnologias da informação e comunicação. A contemporaneidade do problema está justamente no fato de que nunca a desinformação foi tão abrangente, teve tantos meios de difusão e contaminação do debate público.

Esse entendimento pôde ser provado no contexto da pandemia, com a observação dos usos e efeitos dos mecanismos de desordem da informação como prática genocida.

A prática elaborada e consciente da desordem informacional especificamente por Jair Bolsonaro e sua equipe é recorrente e foi empregada durante toda a sua carreira política, sobretudo durante as eleições presidenciais de 2018. Durante aquele pleito, houve registros de disparo em massa para usuários do WhatsApp (REBELLO; PRAZERES, 2018), com o compartilhamento de notícias falsas (CONGRESSO,

2018), robôs atuando em redes sociais para amplificar a relevância dos conteúdos (FAVARO, 2018), e uso de caixa dois para os disparos de mensagens (marketing de guerrilha ou firehosing) (MELLO, 2018).

Neste mesmo pleito, segundo estudo realizado pelo pesquisador e jornalista Daniel Avelar em uma amostra com 11.957 mensagens enviadas via WhatsApp, 42% dos compartilhamentos em grupos de direita, alinhados ao presidente eleito, eram falsas, contra 3% dos grupos de esquerda. Os usuários de grupos pró-Bolsonaro tinham 15 vezes mais chances de exposição à desinformação (BUARQUE, 2019). Não houve, até o momento, julgamento por parte do Tribunal Superior Eleitoral - TSE a respeito de todos os incidentes relatados. São quatro ações contra a chapa de Bolsonaro que aguardam julgamento pela Corte Eleitoral.

Os mecanismos de desordem informacional foram identificados, mapeados e instrumentalizados por Bolsonaro, sua equipe e apoiadores, como uma forma de mobilizar e confundir a opinião pública. Entre os expedientes estão o uso de replicação de aspas na imprensa – quando uma declaração apelativa é noticiada acriticamente pelos meios de comunicação – tuítes, vídeos e publicações em redes sociais, além de compartilhamento de mensagens no WhatsApp e outros aplicativos de mensagens, como gatilho de manifestações de ódio ou de apoio ao presidente com o objetivo de provocar o público e causar apelo emocional nestes fóruns.

Sobre a forma como a imprensa se precipita em temas que, em alguns casos, não são de interesse público, como a forma histórica como são tratadas algumas declarações, o jornalista e sociólogo espanhol Ignácio Ramonet deu o nome de mimetismo midiático: “quanto mais os meios de comunicação falam de um assunto, mais se persuadem, coletivamente, de que este assunto é indispensável, central, capital, e que é preciso dar-lhe ainda mais cobertura, consagrando-lhe mais tempo, mais recursos, mais jornalistas” (Ramonet, 2007, p. 21).

Bolsonaro e sua comitiva souberam se apropriar da forma como as redes sociais e mecanismos de buscas tratam a abundância da informação a partir de seus filtros de conteúdo. Empresas como Google, Facebook, Twitter e Amazon trabalham com a economia da atenção: de acordo com os dados coletados dos usuários de seus sites, elas inferem quais são seus gostos, crenças e desejos, produzindo filtros nos resultados, conforme a relevância do conteúdo apresentado para o usuário medida pela inferência estatística calculada pelos algoritmos dessas companhias.

Quanto mais um assunto é compartilhado, maior relevância ele conquista nesses ambientes e, por extensão, maior será a sua audiência.

Eli Parisier, ativista digital norte-americano, membro do conselho do portal MoveOn.org e um dos fundadores do Avaaz.org, definiu essa engenhosidade como bolha de filtros. Segundo ele, “são mecanismos de previsão que criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer ou desejar a seguir” (PARISIER, 2012, p.14). Isso gera assimetrias de informação e de conhecimento. Poucos indivíduos obtêm uma vasta quantidade de dados de muitos enquanto grande parte da população mundial sofre com os efeitos da desordem de informação, sequer tendo recursos para apurar a qualidade das informações que recebe.

Ocorre que quando os indivíduos ficam imersos em suas bolhas, eles começam a ter dificuldade de lidar com diferenças e de serem propositivos em vez de destrutivos, de construir a partir das diferenças. Do ponto de vista de quem trabalha com a comunicação focada no apelo emocional, no estímulo ao ódio, isso é interessante. Uma vez que o conteúdo de ódio vá ao encontro de crenças religiosas ou preconceituosas, ou, por outro lado, gere indignação em quem o receba, ele se torna terreno fértil para a amplificação – viralização – dessa má informação.

Os mecanismos de desordem informacional contribuem para a cristalização de afirmações que durante muito tempo eram consideradas inaceitáveis ou ultrapassadas, contra aquilo que seus propagadores chamam de politicamente correto. O cientista da computação Márcio Moretto Ribeiro, ao analisar as narrativas que estruturam o debate nas redes, sintetizou o pensamento do público que é estimulado pelo ódio:

(...) é preciso desde cedo disciplinar as crianças que apresentem comportamentos desviantes da norma para evitar que se tornem vagabundos ou promíscuos; aqueles que defendem os direitos humanos dos bandidos são os mesmos que propagam uma educação frouxa e promíscua que retira a inocência das crianças e as tornam vulneráveis aos pedófilos. Esses, chamados de esquerdopatas, são os inimigos; fazem isso para manter a população ignorante e refém de programas sociais que perpetuam políticos no poder; Lula é o chefe dessa quadrilha que tem o controle do Judiciário, pois nomeou os ministros do STF, e dos movimentos sociais e sindicatos, que servem como braço armado de um governo mais preocupado em mandar dinheiro

para países da América latina e para sustentar vagabundos do que com os trabalhadores; abundam evidências de que os movimentos sociais e sindicatos são corruptos, violentos e têm como plano oculto a implantação do comunismo no Brasil; o comunismo é um risco ainda maior do que a corrupção, pois ameaça a liberdade do “cidadão de bem”; foi para combater essa ameaça que o exército foi forçado a intervir em 1964; diferentemente dos dias atuais, naquele tempo havia ordem, tanto pública quanto privada. Essa visão de mundo é auto evidente para todos, mas a mídia, mentirosa e manipuladora, impede que a população a enxergue; por isso é importante procurar e propagar a verdade nas redes sociais (RIBEIRO; GALLEGO, 2018, p. 89).

Foi a partir desse tom moralista e conspiratório que foi estruturada a narrativa de Bolsonaro durante a pandemia. A exaltação do trabalho, da virilidade, da necessidade de produzir para não deixar o país quebrar, do patriotismo de quem não se deixar abalar por um vírus. Sem sensibilidade com as milhares de vítimas da doença, as falas em discursos oficiais, vídeos em redes sociais ou entrevistas à imprensa davam conta de que o Brasil foi o país mais bem preparado contra a pandemia, com mais pessoas recuperadas, de que o vírus foi fabricado pelos chineses, que é somente uma gripezinha, a indicação de uso da Cloroquina e falas negligentes como “e daí, quer que eu faça o quê”, “todo mundo vai morrer”, “cobre os governadores”, “quem fica em casa é maricas” (TAJRA; TEIXEIRA, 2020).

As falas de Bolsonaro mobilizam crenças, condutas, valores morais, tendo impacto sobre a população. Elas contribuíram para confundir, tensionar e evitar formas produtivas e eficientes de enfrentamento à pandemia. O desestímulo ao cumprimento de protocolos sanitários foi marcante e influenciou no número de infectados e mortos, uma vez que havia sinais públicos invertidos do chefe de estado quanto a forma adequada de se prevenir da doença, com apoio a aglomerações e o não uso de máscara.

Estudos realizados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em parceria com o Instituto Francês de Pesquisa e Desenvolvimento (IRD) demonstraram que houve 11% mais contágios e 12% mais mortes nos municípios favoráveis a Bolsonaro. Também foi constatado, em estudo realizado por pesquisadores Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade de São Paulo (USP) e Fundação Getúlio Vargas (FGV), que a adesão ao isolamento social diminuía de acordo com declarações de Bolsonaro minimizando a pandemia.



Enquanto este artigo é escrito, são mais de 180 mil mortos e quase sete milhões de contaminados pela pandemia de Covid-19 no país.

#### **4. Considerações finais**

Ao analisar a atuação do Estado brasileiro a partir do chefe do executivo, o esforço desse trabalho foi o de tentar evidenciar que houve uma escolha consciente nas ações e falas do presidente a fim de causar desordem informacional que contribuiu nas contaminações e mortes durante a pandemia de Covid-19. Essa escolha implica em determinar aqueles que morrem e aqueles que ainda podem viver.

Buscamos o histórico de atuação do Estado para identificar padrões de conduta em situações de problemas sanitários, embora em contextos diferentes, para demonstrar que existe um método empregado na determinação dos procedimentos e protocolos que deveriam garantir a saúde dos cidadãos, mas que acabam por torná-los ainda mais vulneráveis.

Abordamos as técnicas de produção de desordem informacional para evidenciar que o presidente age de forma deliberada a fim de provocar confusão prática e psicológica, interditando possibilidades de enfrentamento e soluções para crises, como no caso da pandemia.

E salientamos que essa é uma escolha consciente porque traz resultados, conforme colocamos ao trazer os estudos realizados por diferentes instituições de ensino e pesquisa, que trataram da correlação entre o apoio a Bolsonaro e a maior gravidade da doença nas regiões de apoio e menor adesão ao distanciamento social. Assim, procuramos demonstrar essa consciência a respeito do contexto histórico associada ao conhecimento das técnicas de desordem informacional formaram a amálgama de uma política de morte.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Leda. Porque as 'melhores qualidades masculinas' de Putin e Bolsonaro são um problema. Yahoo Notícias, São Paulo, 18 de nov. de 2020. Disponível em < <https://br.noticias.yahoo.com/porque-melhores-qualidades-masculinas-putin-235422831.html> >. Acesso em: 15 de dez. de 2020

AUBENAS, Florence; BENASAYAG, Miguel. A fabricação da informação: os jornalistas e a ideologia da comunicação. São Paulo: Loyola, 2003.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, 1940. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm) >. Acesso em: 15 de dez. de 2020.

BRASIL. Lei 11.343, 2006. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm) >. Acesso em: 15 de dez. de 2020.

BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas. (orgs.). Tecnopólicas da vigilância: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

BUARQUE, Daniel. Pesquisa revela que notícias falsas favoreceram a eleição de Bolsonaro. UOL, São Paulo, 2 de nov. de 2019. Disponível em: < <https://brasilianismo.blogosfera.uol.com.br/2019/11/02/pesquisa-revela-que-noticias-falsas-favoreceram-a-eleicao-de-bolsonaro/> >. Acesso em: 2 de nov. de 2019.

CARDOSO, Bruno Batista; VIEIRA, Fernanda Morena dos Santos Barbeiro; SARACENI, Valéria. Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais? Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: < [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2020001305001&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020001305001&tlng=pt) >. Acesso em: 15 de dez. de 2020.

DOMÍNGUES, Nuño. Nem cloroquina nem remdesivir. OMS diz que nenhum desses medicamentos salvou vidas contra a covid-19. El País Brasil, São Paulo, 16 de out. de 2020. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-10-16/nem-cloroquina-nem-remdesivir-oms-diz-que-nenhum-desses-medicamentos-salvou-vidas-contr-a-covid-19.html> >. Acesso em: 15 de dez. de 2020.

EUGÊNIO JR, Amauri. O que é firehosing e como o clã Bolsonaro se aproveita disso. Vice Brasil, São Paulo, 11 de out. de 2018. Disponível em: <

[https://www.vice.com/amp/pt\\_br/article/zm98ky/o-que-e-firehosing-e-como-o-cla-bolsonaro-se-aproveita-disso?\\_\\_twitter\\_impression=true](https://www.vice.com/amp/pt_br/article/zm98ky/o-que-e-firehosing-e-como-o-cla-bolsonaro-se-aproveita-disso?__twitter_impression=true)>. Acesso em: 11 de out. de 2018.

FAVARO, Cristian. Aumenta a ação de robôs pró-Bolsonaro no Twitter. São Paulo, UOL, 19 de out. de 2018. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/10/19/aumenta-acao-de-robos-pro-bolsonaro-no-twitter.htm> > Acesso em: 19 de out. de 2018.

FERRARI, Pollyana. Como sair das bolhas. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2018.

FERREIRA, Gabriel, SOARES, João Pedro. Como funciona a máquina de WhatsApp que pode eleger Bolsonaro. Revista Época, Rio de Janeiro, 24 de out. de 2018. Disponível em < <https://epoca.globo.com/como-funciona-maquina-de-whatsapp-que-pode-eleger-bolsonaro-23180627> >. Acesso em: 24 de out. de 2018.

FIORATTI, Gustavo. No WhatsApp, eleitores compartilham ódio, xenofobia e notícias falsas. Folha de São Paulo, São Paulo, 8 de out. de 2018. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/ataque-ao-nordeste-surge-em-rede-online-pro-bolsonaro-petistas-mostram-desanimos.shtml> >. Acesso em: 8 de out. de 2018.

GALLEGO, Esther Solano. (org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

CANZIAN, Fernando. Falas de Bolsonaro contra isolamento podem ter matado mais seus eleitores, aponta estudo. Folha de São Paulo, São Paulo, 30 de jun. de 2020. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/falas-de-bolsonaro-contra-isolamento-podem-ter-matado-mais-seus-eleitores-aponta-estudo.shtml> >. Acesso em 15 de dez. de 2020.

GARCIA, Diego. 'Efeito Bolsonaro' sobre alta nos casos de coronavírus surpreende pesquisadores. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 de out. de 2020. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/efeito-bolsonaro-sobre-alta-nos-casos-de-coronavirus-surpreende-pesquisadores.shtml> >. Acesso em: 15 de dez. de 2020.

INSTITUTO de Pesquisa Economia Aplicada. Atlas da Violência, 2020. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia> >. Acesso em: 15 de dez. de 2020.

LIBÓRIO, Bárbara; CUNHA, Ana Rita. Notícias falsas foram compartilhadas ao menos 3,84 milhões de vezes durante as eleições. Aos Fatos, Rio de Janeiro, 31 de out. de 2018. Disponível em: < <https://aosfatos.org/noticias/noticias-falsas-foram-compartilhadas-ao-menos-384-milhoes-vezes-durante-eleicoes/> >. Acesso em: 31 de out. de 2018.

MANDETTA e Teich lamentam a falta de compromisso de Bolsonaro com a ciência. UOL, São Paulo, 8 de ago. de 2020. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/08/08/mandetta-e-teich-lamentam-a-falta-de-compromisso-de-bolsonaro-com-a-ciencia.htm> >. Acesso em: 15 de dez. de 2020.

MARQUES, Gilvan. Covid: Médica que defende uso da hidroxicloroquina é suspensa pelo Einstein. UOL, São Paulo, 11 de jul. de 2020. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/07/11/covid-medica-que-defende-uso-da-hidroxicloroquina-e-suspensa-pelo-einstein.htm> >. Acesso em: 15 de dez. de 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MELLO, Patrícia Campos. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 de out. de 2018. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml> >. Acesso em: 18 de out. de 2018.

MINISTÉRIO da Justiça e Segurança Pública. Sisdepen, 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen> >. Acesso em: 15 de dez. de 2020.

MOTA, Daniel; TOLEDO, Luiz Fernando; BRITO, José; NETO, Vital. Exclusivo: sem contestar, Exército paga quase triplo por insumo da cloroquina. CNN Brasil, São Paulo, 15 de set. de 2020. Disponível em < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/09/15/exclusivo-sem-contestar-exercito-paga-quase-triplo-por-insumo-da-cloroquina> >. Acesso em: 15 de dez. de 2020.

PARISIER, Eli. O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PESQUISA mostra que 84% dos eleitores de Bolsonaro acreditam no kit gay. Congresso em Foco, Brasília, 1 de nov. de 2018. Disponível em: < [https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/pesquisa-mostra-que-84-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditam-no-kit-gay/?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=social-media&utm\\_campaign=noticias&utm\\_content=geral](https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/pesquisa-mostra-que-84-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditam-no-kit-gay/?utm_source=twitter&utm_medium=social-media&utm_campaign=noticias&utm_content=geral) >. Acesso em: 1 de nov. de 2018.

PIMENTA, Angela; BELDA, Francisco Rolfsen. Manual da Credibilidade Jornalística, 2018. Disponível em: < <https://www.manualdacredibilidade.com.br/>>. Acesso em: 21 de out. de 2019.

RAMONET, Ignacio. A tirania da comunicação. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

SABOIA, João; ROUBAUD, François; RAZAFINDRAKOTO, Mireille. Efeito Bolsonaro? Valor Econômico, São Paulo, 15 de dez. de 2020. Disponível em: < <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/efeito-bolsonaro.ghtml> >. Acesso em: 15 de dez. de 2020.

SALGADO, Daniel; MELLO, Igor; RAMOS, Marcella. Como funciona o maior grupo de propagação de ódio na internet brasileira, que lucra com misoginia, racismo e homofobia. Rio de Janeiro, Revista Época, 29 de jun. de 2018. Disponível em < <https://epoca.globo.com/sociedade/noticia/2018/06/como-funciona-o-maior-grupo-de-propagacao-de-odio-na-internet-brasileira-que-lucra-com-misoginia-racismo-e-homofobia.html> >. Acesso em: 1 de nov. de 2019.

SANDES, Arthur. Bolsonaro este, em média, em uma aglomeração por dia durante a pandemia. UOL, São Paulo, 17 de mai. de 2020. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/17/bolsonaro-esteve-em-media-em-uma-aglomeracao-por-dia-durante-a-pandemia.htm> >. Acesso em: 15 de dez. de 2020.

SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2018.

TAJRA, Alex; TEIXEIRA, Lucas Borges. "Tem medo do quê? Enfrenta": Lembre frases de Bolsonaro durante a pandemia. UOL, São Paulo, 8 de ago. de 2020. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/08/bolsonaro-pandemia-100-mil-mortes-fala.htm> >. Acesso em: 15 de dez. 2020.

VALENTE, Rubens. Socorro a indígenas e quilombolas foi o mais vetado por Bolsonaro, diz ONG. UOL, São Paulo, 13 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/07/13/vetos-auxilio-coronavirus-indigenas-quilombolas.htm>>. Acesso em 15 de dez. de 2020.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Strasbourg: Council ou Europe, 2017. Disponível em: <<https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>>. Acesso em: 25 de out. de 2018.

WINTER expõe nome de menina de 10 anos estuprada e endereço de hospital. Universa UOL, São Paulo, 16 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/08/16/sara-winter-divulga-endereco.htm>>. Acesso em: 15 de dez. de 2020.